Exceção confirma a regra clientelista

BRASÍLIA — Há muitas maneiras de um político garantir recursos para seu reduto eleitoral. Uma é tentar fazer da região uma exceção no conjunto de critérios que impedem o Estado ou o Município de receber recursos. O artigo 6º do projeto do Governo enviado ao Congresso e que, depois de votado, se transformará na LDO, estabelece que não poderão ser destinados recursos para despesas com transferências a Estados e Municípios, exceto relativas a saúde, educação e assistência social.

O político também pode tentar isentar seu Município da comprovação dos requisitos exigidos para receber recursos. Segundo o artigo 16 do projeto do Governo, só poderão receber recursos, mediante acordo, ajuste ou outros instrumentos os Municípios ou Estados que instituírem e regulamentarem todos os tributos que lhe cabem, arrecadarem todos esses tributos e conquistarem uma receita que corresponda no mínimo a 20%, no caso dos Estados, e 2%, no caso dos Municípios, do total das receitas orçamentárias do País. O Deputado Evaldo Gonçalves (PFL-PB) sugere que os Municípios com menos de 60 mil habitantes sejam dispensados dessa complicada exigência, que poderia ser substituída por uma carta do prefeito dizendo que sua cidade cumpre os requisitos.